

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
– CMADS

REQUERIMIENTO N° , DE 2019

Solicita audiência pública para discutir a atualidade, os desafios e as perspectivas do Fundo Amazônia.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública desta Comissão para discutir a realidade do Fundo Amazônia, buscando ressaltar seu papel indutor de um novo padrão de desenvolvimento regional, bem como os resultados, desafios e perspectivas que o Fundo enfrenta. Para tal, propomos que sejam convidados representantes dos segmentos que compõem o Comitê orientador do Fundo Amazônia – COFA, conforme segue:

1. Representante do Ministério do Meio Ambiente
2. Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
3. Representante do Consórcio dos Estados da Amazônia Legal
4. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
5. Representante do Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM
6. Representante do Governo da Alemanha
7. Representante do Governo da Noruega
8. Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI

JUSTIFICAÇÃO

A intenção do governo Bolsonaro de alterar a finalidade e o funcionamento do Fundo Amazônia repercutiu amplamente nos meios de comunicação, entre as organizações da sociedade civil, no corpo diplomático dos países parceiros, entre os governadores da região e também aqui no Parlamento. Conforme manifestado pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o governo pretende rediscutir a aplicação dos recursos e o modelo de gestão do Fundo. A composição do Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA e a aplicação de recursos para indenizar proprietários afetados pela criação de

Unidades de Conservação estariam entre as mudanças pretendidas, embora não se saiba ao certo a amplitude e o alcance dessa pretensão.

Despeito dessa manifesta pretensão, o governo não apresentou nenhuma razão objetiva que justifiquem as mudanças, e muito menos se propôs a um diálogo aberto e transparente com as partes envolvidas. Nem mesmo o COFA, um colegiado representativos e democrático, constituído com a participação do poder público, dos trabalhadores, empresários e organizações não governamentais foi acionado para se manifestar, numa clara demonstração de desprezo e desconsideração pelo arranjo institucional de governança do Fundo Amazônia.

Não bastasse esses elementos para justificar a presente propositura, há de se considerar que a iniciativa em relação ao Fundo Amazônia ocorre no contexto de um cenário de crescimento da taxa de desmatamento na região, exigindo do poder público atitudes e medidas concretas para evitar o agravamento do problema e a perda de controle da situação. Após uma drástica queda (80%) da taxa de destruição florestal na região de 2004 (27.772 km²) a 2012 (4380 km²), a taxa, desde então, cresceu em média 30%. Nos últimos dois anos, 2017 e 2018, os valores registrados pelo INPE foram, respectivamente, 7893 km² e 6947 km². Lamentavelmente, parece não ser essa a disposição do governo Bolsonaro, haja vista seus constantes ataques ao marco da legislação ambiental e aos órgãos responsáveis pela gestão ambiental, inclusive àqueles vinculados ao próprio Ministério do Meio Ambiente. De acordo com a visão de muitos atores da sociedade e especialistas da área ambiental, o governo federal está levando a cabo uma verdadeira operação de desmonte da Política Ambiental do país, com consequências já percebidas como, por exemplo, a ressurgência do fenômeno do desmatamento descontrolado.

Cabe, ainda, considerar o papel estratégico do Fundo Amazônia como indutor de um novo padrão de desenvolvimento para a região. Nesse sentido, foi concebido e estruturado num amplo processo de diálogo envolvendo os países doadores, notadamente a Alemanha e a Noruega – que juntos já aportaram cerca de 3,3 bilhões de reais, os governos estaduais e a sociedade civil. Alinhado com as políticas do Estado brasileiro para a Amazônia, como o Plano de Prevenção e Controle da Amazônia – PPCDAM, Macrozoneamento Ecológico-Econômico, Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima, entre outros, O Fundo Amazônia promove e apoia, com recursos não reembolsáveis e cooperação técnica, projetos de valorização da floresta em pé, uso da biodiversidade e de outras formas manejo dos recursos naturais em bases sustentáveis. O Fundo ainda representa uma inovação financeira que atende à crescente demanda mundial por uma economia sustentável, especialmente com relação às relacionadas com o uso da terra, das florestas, dos produtos e serviços ambientais e da biodiversidade. Se o objetivo é gerar divisas para o país mantendo a floresta em pé, então o Fundo Amazônia como está estruturado é o caminho para que isto aconteça.

Da mesma forma, o Fundo tem desempenhado papel estruturante dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, dotando-os de equipamentos, capacidade técnica e de

gestão, ampliando suas condições materiais e operacionais, notadamente no que concerne a monitoramento, fiscalização e controle ambiental em toda a Amazônia. Nessa mesma perspectiva, o Fundo também apoia outras instituições, como corpo de bombeiros, batalhões ambientais da polícia militar e órgãos de terras que operam nas frentes da regularização fundiária, cadastro ambiental rural e demais instrumentos que promovem a convergência de objetivos ambientais e agrários na região.

Portanto, qualquer alteração no Fundo Amazônia tem implicações amplas e afeta a todo um arranjo institucional - construído sobre a base da boa governança e da transparência - que vai muito além do governo federal. Por isso mesmo, estamos propondo essa audiência com a participação de representantes de todos os segmentos que compõem o Comitê Orientador do Fundo, na perspectiva de um debate aprofundado e plural, capaz de contribuir para a formação de um pensamento crítico a respeito do tema no âmbito da desta Comissão. Nesses termos, peço o apoio dos pares para aprovar o requerimento.

Sala das comissões em 17 de junho de 2019.

Deputado Federal Nilto Tatto

PT/SP